



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**EDUCAÇÃO E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

MARGARETH MARIA SOUZA OLIVEIRA COSTA

ORIENTADORES: Prof^a. Dr^a. MARISTELA ROSSATO

Dr. LUIS ROBERTO MARTINS

BRASÍLIA / 2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARGARETH MARIA SOUZA OLIVEIRA COSTA

**EDUCAÇÃO E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadores: Prof^ª. Dr^ª. Maristela Rossato e Dr. Luis
Roberto Martins

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARGARETH MARIA SOUZA OLIVEIRA COSTA

EDUCAÇÃO E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof^ª. Dr^ª MARISTELA ROSSATO e Dr. LUIS ROBERTO MARTINS

(Orientadores)

Prof^ª. Dr^ª LUCIANA CAMPOLINA

(Examinadora)

MARGARETH MARIA SOUZA OLIVEIRA COSTA

Cursista

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Aos adolescentes que dividem comigo suas histórias carregadas de sonhos,
alegrias, tristezas e rebeldias...

“Educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem ver para crer, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará sempre crer para ver. De fato, quem não apostar que existem nas crianças e jovens com quem trabalhamos, qualidades que, muitas vezes não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta verdadeiramente, ao trabalho educativo”.

Antônio Carlos Gomes da Costa (2001)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por cada momento de dificuldade superado, pelo aprendizado adquirido e pela clareza de sua presença suprema.

A minha família pelo apoio em todos os caminhos que desejo aventurar.

Aos tutores e orientadores que com profissionalismo e compromisso proporcionaram a motivação necessária na realização do curso.

A todas as pessoas que compartilharam experiências que modificaram o meu olhar.

RESUMO

O presente estudo busca compreender o processo de evasão escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e sua relação com a instituição escola. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no município de Ipatinga. A legislação brasileira ordenada pela Constituição Federal/88, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente/90, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96 e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/2012 reconhecem o adolescente como sujeito de direitos com prioridade absoluta das políticas públicas, destinatário da proteção integral e preconizam a Educação como direito de todos. Porém o que se verifica é a fragilidade da condição educacional e o rompimento precoce dos adolescentes com a escola. Considera-se relevante investigar os fatores que concorrem para o agravamento desse problema, assim como analisar características do perfil dos adolescentes participantes da pesquisa. O estudo busca compreender aspectos essenciais da educação como mecanismo de construção para o desenvolvimento humano e a função social da escola na articulação com a assistência social no sentido de contribuir para permanência dos adolescentes no contexto escolar. Reconhecer os desafios e contradições dessa problemática nos provoca à reflexão sobre os aspectos legais que direciona a inclusão escolar efetiva para todos.

Palavras-Chave: Adolescentes – Medidas Socioeducativas - Educação

SUMÁRIO

RESUMO

1 APRESENTAÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 – Construção Histórica: do Código de Menores ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE	12
2.1.1 – Processo Histórico dos Direitos da Criança e do Adolescente	12
2.1.2 – As Medidas Socioeducativas: Aspectos Coercitivos e Pedagógicos	15
2.1.3 – O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e a Socioeducação.	17
2.1.4 - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e o Acompanhamento do Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.	19
2.2 - Direitos Humanos e Educação	20
2.2.1 – Educação e Desenvolvimento Humano	20
2.2.2 – A Educação como Direito de Todos	22
2.2.3 - A Função Social da Escola	23
3 OBJETIVOS	24
3.1 – Objetivo Geral	
3.2 – Objetivos Gerais	
4 – METODOLOGIA	25
4.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia	25
4.2 – Contexto da Pesquisa	25

4.3 – Participantes	26
4.4 – Materiais	26
4.5 – Instrumentos de Construção de Dados	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1 - Perfil dos Adolescentes inseridos em acompanhamento no CREAS no período de Janeiro a Julho de 2015.	29
5.2 - Desenvolvimento do Grupo Focal	38
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	45
Apêndice A - Grupo Focal - Roteiro de Discussão	
ANEXOS	46
Anexo A - Pesquisa Documental - Coleta de Dados	
Anexo B – Aceite Institucional	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero	28
Gráfico 2 - Idade	28
Gráfico 3 – Cor/Raça	29
Gráfico 4 – Constituição Familiar	30
Gráfico 5 – Composição Familiar	31
Gráfico 6 – Renda Familiar	32
Gráfico 7 – Situação Educacional	33
Gráfico 8 – Nível de Escolaridade	34
Gráfico 9 – Uso de Drogas	35
Gráfico 10 – Ato Infracional	36
Gráfico 11 – Medidas Socioeducativas	37

1 - APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de identificar os processos de exclusão escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e de Liberdade Assistida – LA no município de Ipatinga – MG.

O adolescente sentenciado com uma medida socioeducativa de PSC ou de LA é acompanhado pela equipe composta por profissionais das áreas de serviço social, pedagogia e psicologia no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas. Para além do atendimento, o Creas tem o papel de fortalecer a articulação dos serviços com a rede socioassistencial e as demais políticas públicas como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, habitação, desenvolvimento econômico entre outras.

Neste trabalho daremos ênfase à vivência escolar dos adolescentes, pois percebe-se o rompimento precoce e o vínculo frágil com a escola, apresentam distorção idade-série e demonstram desinteresse em retornar para o espaço escolar. No caso dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA que são executadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, a equipe técnica encontra diariamente questões instigantes quanto a dar respostas ao processo de inclusão escolar tanto pelas características emocionais, sociais e afetivas dos adolescentes quanto à compreensão da comunidade escolar em reconhecer esse adolescente enquanto sujeito de direitos.

Diante desses desafios, busca-se compreender a relação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa com a escola e as possíveis variáveis no processo de exclusão escolar com vistas a provocar reflexão para maior efetivação da inclusão escolar de todos os estudantes.

Em minha trajetória como assistente social deparo cotidianamente com as múltiplas expressões da questão social atuando nas mais diversas formas de enfrentá-las, seja pelo caráter interventivo e educativo numa perspectiva de construção e exercício da cidadania seja em direção ao projeto ético-político do Serviço Social que se posiciona em favor da equidade e da justiça social, da universalidade de acesso aos bens e serviço de forma a atuar na garantia dos direitos sociais dos indivíduos.

A vivência com adolescentes especialmente aqueles em situação de risco pessoal e social diante da exposição a contingências representativas de ameaça à própria vida pelo ato

infracional seja por furto, roubo, tráfico de drogas dentre outros, colocou-me em contato com as mais diversas possibilidades de intervenção na questão social mediada pelas políticas públicas. Para intervir é preciso associar o conhecimento empírico aos conhecimentos teóricos. Para tanto foi imprescindível buscar aprofundar os conhecimentos em cursos, grupos de estudo, seminários, simpósios e conferências com temas ligados à área da infância e juventude.

Um dos objetivos do acompanhamento é levar o adolescente a refletir sobre a infração cometida num processo de responsabilização, construir juntamente com o adolescente e sua família um Plano Individual de Atendimento – PIA com pactuação de metas e com o estabelecimento de regras definidoras para o desenvolvimento das ações socioeducativas, desde o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, articulação com as diversas políticas públicas, a construção de um novo projeto de vida e o rompimento com o ato infracional.

Conhecer a história de cada um desses adolescentes e suas famílias vitimadas pelo caos social, fazer a leitura da realidade de cada um e do contexto social produtor da exclusão, nos coloca diante de um dos maiores desafios do nosso trabalho que é: como garantir que esses adolescentes, cidadãos em desenvolvimento tenham seus direitos assegurados com absoluta prioridade quando se trata de respeito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária conforme preconiza o ECA?

Considerando a escola como *lócus* de interação, esta representa fator primordial e essencial ao desenvolvimento humano. A escola tem tarefa árdua, pois representa um microssistema da sociedade e nela reflete as transformações do mundo atual tendo que lidar com as demandas da globalização. Para além do foco na transmissão de conhecimentos acadêmicos, a função social da escola deve primar em estimular e fomentar o desenvolvimento do indivíduo nos aspectos físico, emocional, cognitivo e desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social. Diante desse enfoque temos um embate que trata especialmente em desvendar a importância e qual a representação da escola na vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais e que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

A minha atuação profissional me dá subsídios para investigar a situação de escolarização dos adolescentes autores de atos infracionais, pois se observa alto índice de defasagem idade-série e evasão escolar. Torna-se imprescindível compreender os motivos pelos quais esses adolescentes não estão frequentando a rede de ensino.

A fundamentação teórica será embasada numa breve abordagem histórica sobre a condição da criança e do adolescente perante o código de menores de 1927, caminhando para os regulamentos dos princípios constitucionais chegando à lei federal 8.069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente quando passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. No ECA será dado ênfase ao capítulo destinado às medidas socioeducativas e posteriormente será explicitado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE lei 12.594/12 por representar uma ferramenta para efetivação das medidas socioeducativas.

Em seguida vamos descrever a educação como fundamento do direito humano e o papel social da escola contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Finalizando a fundamentação teórica apresentaremos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas como equipamento público da política de assistência social local de execução do acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Será apresentado o perfil dos adolescentes e sua relação com a instituição escola. Encerrando trataremos de apontar os desafios para as políticas de educação e assistência social no que tange à efetivação da inclusão escolar.

A metodologia utilizada para este fim será a pesquisa documental por meio da análise dos registros nos prontuários dos adolescentes inseridos no Creas no período de janeiro a julho de 2015. O desenvolvimento do grupo focal foi realizado com seis dos trinta adolescentes em acompanhamento pela equipe técnica.

E por último nas considerações finais ponderamos sobre o fenômeno da evasão escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – Construção Histórica: do Código de Menores ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE

2.1.1 – Processo Histórico dos Direitos da Criança e do Adolescente

Historicamente na nossa sociedade a vida de crianças e adolescentes foi marcada por processos de institucionalização, exclusão, violência, assistencialismo e pela ausência de direitos. Crianças e adolescentes provenientes de camadas mais baixas da sociedade e chamados de menores excluídos e pobres, pois se encontravam em situação irregular marcada pela ideia de inferioridade e incapacidade sendo, portanto, objetos da ação do Estado por entender que este saberia definir o melhor destino para o “menor” como meio de controle social da pobreza.

A doutrina da situação irregular fez com que crianças consideradas abandonadas e delinquentes fossem institucionalizadas, para que sob controle do Estado pudessem ser “educadas”. Não havia garantia de direitos para as crianças e adolescentes que colaborassem com seu pleno desenvolvimento individual e social, ao contrário, as políticas implementadas nessa época visavam à adaptação e o controle social de crianças e adolescentes consideradas “delinquentes em potencial”.

Para Brancalhão (2003) o termo delinquente foi utilizado de forma indiscriminada com referência a crianças e adolescentes em situação de abandono ou de rua, entregues a vícios, mendicância, vítimas de negligência familiar, em conflito com a lei.

Na década de 20 concretizou-se a aliança entre a justiça e assistência com a criação do Juizado de Menores e legislação específica, o Código de Menores de 1927 chamado Código Mello Mattos que definia em seu art. 1º (BRASIL, 1927)

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste código.

Com a criação do Código de Menores em 1927, crianças e adolescentes em “situação irregular” passaram a ser vigiados pelos Juízes de Menores e pela polícia, de acordo com a origem e histórico familiar sendo encaminhados para escolas correcionais ou reformatórios que tinham como proposta pedagógica a reeducação para a formação profissional.

O novo Código de Menores instituído em 1979, após longo período de movimentação e debates chegou para ratificar a noção do “menor em situação irregular” e o juiz atuava diante de situações que englobava desde a privação material, negligência e omissão dos pais até a prática criminal ou infracional. As crianças e adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e sem a presença dos pais ou responsável eram obrigados a se apresentarem ao juiz que determinava o recolhimento.

Essas práticas sociais desenvolvidas no Brasil revelavam arbitrariamente o controle social e a criminalização da pobreza materializada pela institucionalização compulsória, apreensão, confinamento em instituições totais despersonalizadoras e embrutecedoras. Havia uma separação bem definida entre a infância e os menores, pois conforme destaca Faleiros (2011) “construiu-se uma nítida diferenciação entre as políticas que se destinavam aos filhos da classe dominante e para as crianças e adolescentes pobres” cuja expressão é confirmada por (MARCÍLIO, 1989 *apud* COSSETIN, 2012, p.28)

A distinção entre criança rica e criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda virtualmente inserida nas “classes perigosas” e estigmatizada como “menor”, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século.

O Código de 1979 teve curta duração, pois foi adotado no final do governo militar quando no Brasil já delineava o movimento de redemocratização que questionava formas arbitrárias e não garantidoras de direitos. A partir de dados e informações produzidas e divulgadas sobre a infância e juventude em situação de pobreza e marginalidade social, os movimentos sociais entraram em defesa da infância e da juventude, provocaram mudanças em relação a alguns princípios ora antes aplicados e instigaram uma reeleitura dos direitos da criança e do adolescente.

Durante o amplo debate constitucional que culminou com a carta magna de 1988, está previsto no artigo 227 que é assegurado com absoluta prioridade os direitos das crianças e adolescentes incumbindo esse dever à família, a comunidade, a sociedade e ao Estado. Para regulamentar esse artigo se deu a aprovação em 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal signatária de um novo paradigma para as ações direcionadas à infância e juventude nos campos jurídico, social, político ou administrativo. Para além de ser apenas uma

lei, o ECA traz a perspectiva de uma democracia, a participação e justiça social, tendo a criança e o adolescente enquanto cidadãos e sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº8069 de 13 de Julho de 1990 é a lei que concretiza e expressa os novos direitos e deveres da população infanto-juvenil, com caráter inovador e representa uma ruptura com os modelos até então vigentes no Brasil. O ECA, lei pensada e escrita por milhares de pessoas, rompe com a doutrina da situação irregular e se sustenta pela doutrina da proteção integral preconizada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança e defendida pela Organização das Nações Unidas – ONU. Esta nova doutrina afirma, reconhece e respeita a criança e o adolescente em sua condição de pessoa em desenvolvimento, os aspectos da sua vulnerabilidade e os torna merecedores de proteção integral da família, sociedade e do Estado.

2.1.2 – As Medidas Socioeducativas: Aspectos Coercitivos e Pedagógicos

Enquanto o Código de Menores não distinguia o “menor infrator” de crianças em condições de vulnerabilidade social e aplicava os mesmos critérios punitivos para ambos, visando amenizar os problemas sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz uma legislação específica para o adolescente que comete ato infracional juntamente com uma política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente com articulação intersetorial.

Conforme preconiza o ECA, ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por adolescente de 12 a 18 anos sendo aplicadas as medidas socioeducativas. O ECA dispõe que à criança até 12 anos que comete ato infracional será aplicada as medidas protetivas previstas no art. 101. Quando do cometimento do ato infracional e pela circunstância da sua idade, o adolescente é denominado no processo legal como *autor de ato infracional* e não como criminoso.

O artigo 112 do ECA assim dispõe sobre as medidas socioeducativas:

Art. 112 – Verificada a prática de ato infracional, a autoridade judiciária competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade
- IV – liberdade assistida
- V – inserção em regime de semiliberdade
- VI – internação em estabelecimento educacional

Existem características específicas para cada uma das seis medidas socioeducativas que se apresentam gradualmente da mais leve para a mais severa. Sendo assim, a advertência tem a qualidade de ser admoestatória e é executada pelo próprio Juíz da Vara da Infância e Juventude. A segunda medida, Obrigação de Reparar o Dano, implica na restituição do bem, no ressarcimento à vítima, revestido do caráter coercitivo e educativo e é aplicada pelo próprio juiz. A Prestação de Serviços à Comunidade contempla o envolvimento das instituições da comunidade com o recebimento do adolescente para prestar um serviço, pois embora de caráter coercitivo e restritivo de liberdade, esta medida possui importante apoio comunitário e educativo. A seguir temos a medida de Liberdade Assistida que visa intervenção educativa por meio do acompanhamento à vida social do adolescente e também possui caráter coercitivo e restritivo de liberdade. As medidas socioeducativas em meio aberto que são a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida são executadas a nível municipal no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS equipamento público da Política de Assistência Social. Na semiliberdade, com caráter coercitivo há também privação parcial do direito de ir e vir implicando no afastamento do adolescente do convívio familiar e comunitário, mantendo-o em ampla relação com programas e serviços da comunidade. Por fim, temos a medida socioeducativa de internação destinada para adolescentes que cometem atos infracionais graves, pois significa a privação da liberdade ou contenção. As medidas socioeducativas de semiliberdade e internação são executadas, organizadas e financiadas em nível estadual.

As medidas socioeducativas apresentam características que as distinguem quanto à sua dimensão sendo uma de natureza coercitiva/punitiva e outra de natureza educativa/pedagógica. Essa está diretamente ligada ao processo de acompanhamento em atividades de formação educacional e profissional, inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, enquanto aquela está no fato de ser uma imposição judicial em que o adolescente tem a obrigação de cumprir.

Conforme enfatiza BRANCALHÃO (2003, p.57) “essas medidas devem aliar uma natureza coercitiva com aspectos educativos, com o objetivo de garantir proteção integral do adolescente e o acesso à formação pessoal, escolar e profissional.” Para efetivação dos aspectos pedagógicos da medida torna-se imprescindível que o adolescente seja alvo de um conjunto de

ações socioeducativas intersetoriais que contribua na sua formação conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

2.1.3 – O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e a Socioeducação.

Após ampla discussão de órgãos nacionais como o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH), em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD) e sob a orientação de organizações internacionais das quais o Brasil é signatário como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE pautado na elaboração de parâmetros e diretrizes para execução das medidas socioeducativas.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE instituído pela Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012 “objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos” (BRASIL, 2006, p.16). O SINASE preconiza que o acompanhamento ao adolescente autor de ato infracional deve ser sustentado por intervenção com ações socioeducativas direcionadas aos eixos estruturantes da medida que visem à vida social do adolescente e sua família, escola, trabalho, profissionalização, esporte, cultura, lazer dando possibilidades para que os adolescentes estabeleçam relações positivas que sustentem o processo de inclusão social.

Nesse viés se pretende instalar a política da socioeducação com a implementação de uma proposta pedagógica capaz de constituir-se em ação formadora para adolescentes que se encontram submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas. A socioeducação constitui-se no conjunto de ações educativas a serem desempenhadas pelos educadores com o objetivo de buscar articular as práticas da educação com a necessidade do adolescente se posicionar na vida política e social, individual e coletiva, na compreensão de que a educação é o caminho necessário para a formação do sujeito- cidadão ao prover os socioeducandos dos instrumentos que lhes são necessários e pertinentes.

O pedagogo e um dos redatores do ECA, Antônio Carlos Gomes da Costa, discorre que a socioeducação tem sua complexidade por envolver um diversificado conjunto de atores institucionais e que cada um deles cumpra o papel de fazer o que precisa ser feito em relação a esse segmento da população juvenil. E (COSTA, 2006, p.449) acrescenta afirmando,

A natureza essencial da ação socioeducativa é a preparação do jovem para o convívio social. A escolarização formal, a educação profissional, as atividades artístico-culturais, a abordagem social e psicológica, as práticas esportivas, a assistência religiosa e demais atividades dirigidas ao socioeducando devem ser subordinadas a um propósito superior e comum: desenvolver seu potencial para ser e conviver, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social tipificadas na Lei Penal como crime ou contravenção.

Com relação aos eixos estruturantes e os objetivos do atendimento socioeducativo assim expõe o SINASE:

Família e comunidade: garantir o atendimento às famílias dos adolescentes estruturado em conceitos e métodos que assegurem a qualificação das relações afetivas, das condições de sobrevivência e do acesso às políticas públicas dos integrantes do núcleo familiar, visando seu fortalecimento;

Saúde: garantir acesso à população de adolescentes às ações e serviços de atenção à saúde da rede do SUS, considerando suas dificuldades e vulnerabilidades;

Educação: garantir o acesso e a permanência a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com sua necessidade;

Profissionalização/trabalho: oferecer formação profissional; encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho inserindo-os no mercado formal no âmbito da educação profissional;

Cultura, esporte e lazer: propiciar o acesso a programações culturais, teatro, literatura, dança, música, artes, esporte e lazer, respeitando as aptidões dos adolescentes e a inclusão social, sendo as atividades escolhidas com a participação destes e respeitados seus interesses.

O SINASE tem como finalidade efetivar a implementação da Doutrina da Proteção Integral denominado Sistema de Garantia de Direitos – SGD. Esse sistema destaca a importância da articulação intersetorial que compreendem o sistema educacional, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema de Justiça e

Segurança Pública e aponta que o adolescente autor de ato infracional é de responsabilidade de todos, da família e da sociedade em geral buscando estreitar relações de parcerias com ações integradas que contribua para que o adolescente autor de ato infracional venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de relacionar melhor consigo mesmo e com os outros e com tudo o que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais.

Considerando as premissas do SINASE com relação aos eixos estruturantes das medidas socioeducativas destaca-se o eixo educação para melhor compreender a relação que se estabelece entre o adolescente autor de ato infracional ou o adolescente em conflito com a lei e a escola por entender que esta deve estar voltada à inclusão e ao desenvolvimento humano no desempenho da sua função social.

2.1.4 - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e o Acompanhamento do Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS vem consolidar a assistência social como política pública e direito social no sentido de enfrentar a complexidade da questão social. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas é unidade pública que oferta serviço especializado e continuado a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres) em situação de ameaça ou violação de direitos tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, etc. (TNSS nº109/2009).

Os serviços ofertados no Creas são desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços socioassistenciais, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. O Creas realiza ações conjuntas para fortalecer as possibilidades de inclusão das famílias e indivíduos em uma rede de proteção social que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – TNSS/2009 o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) tem por finalidade prover atenção socioassistencial e contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores

na vida pessoal e social dos adolescentes. Outro aspecto na oferta de serviços é a observância da responsabilização face ao ato infracional cometido pelo adolescente, cuja obrigação e direitos devem ser assegurados conforme legislações específicas para o cumprimento da medida.

Na operacionalização do acompanhamento ao adolescente em cumprimento da medida socioeducativa são estabelecidas regras definidoras para o desenvolvimento das ações socioeducativas. Essas ações deverão constar no Plano Individual de Atendimento – PIA que será elaborado pela equipe interprofissional (Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga) da entidade Creas. O Plano Individual de Atendimento é elaborado com o adolescente e com participação da família visando construir as atividades que o auxiliarão no seu desenvolvimento pessoal e social. O Plano a ser cumprido pelo adolescente deverá conter: objetivos sociopedagógicos a serem atingidos durante o cumprimento; o diagnóstico de demandas de atendimento e a proposta de inserção comunitária.

Nesse contexto de intervenção com o adolescente em conflito com a lei e tendo como direcionamento os eixos estruturantes da medida, tomamos para conhecimento os aspectos da escolarização dos adolescentes, quando durante o acolhimento no serviço, detectamos a baixa escolaridade e a evasão escolar por parte da maioria dos adolescentes acompanhados pela equipe técnica no Creas.

2.2 - Direitos Humanos e Educação

2.2.1 – Educação e Desenvolvimento Humano

O Estado brasileiro é signatário de tratados e convenções desde 1948 com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU) quando se comprometeu em desenvolver e implementar políticas públicas visando a promoção e a proteção dos direitos humanos.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que teve como pano de fundo maior visibilidade dos movimentos sociais e a partir daí é que se deu a ampliação dos esforços em responder às demandas desses movimentos com a inclusão de temas diversificados nas pautas do governo. Temos no Brasil alguns avanços em relação ao arcabouço jurídico legal dos direitos humanos, porém a sociedade convive com a violação desses direitos simbolizados pela

desigualdade social, pelas diversas formas de violência, discriminações e a instabilidade na efetivação dos direitos. Sobre esse aspecto discorre Candau (2012, p.717)

Ao mesmo tempo, também é possível detectar neste cenário a progressiva afirmação de uma nova sensibilidade social, ética, política e cultural em relação aos direitos humanos. Nesta perspectiva, cresce a convicção de que não basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos. Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais.

Pensar a educação como fator inerente ao desenvolvimento humano, não se trata de reduzir apenas à educação escolar, mas se pensar na amplitude do seu sentido que perpassa a vida do indivíduo dentro dos contextos familiares, comunitários, do trabalho, nas igrejas e a educação escolar. Considerando a vivência dos adolescentes em conflito com a lei pode-se inferir que os mesmos não encontram respaldo nos aparatos legais existentes sobre os direitos humanos, pois está incutido no imaginário social o preconceito, o estigma em relação ao ato infracional e a violação de direitos acarretando assim a exclusão dos adolescentes nos espaços em que se poderia abordar aspectos positivos e relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e social.

A educação escolar é parte fundamental no processo educativo com a afirmação de que os conhecimentos básicos são desenvolvidos no contexto escolar. As habilidades, as normas e o comportamento são ensinados e aprendidos. A valorização da inserção no contexto escolar é condição de sobrevivência e bem estar social, segundo a ótica posta pela sociedade moderna.

A “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1990) afirma no seu documento algumas premissas, a saber, que a educação básica se torne equitativa, que é preciso manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem, que os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação. No artigo 3 da UNESCO (1990) o referido documento consta que;

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

Para a concretização das metas propostas nessa conferência, torna-se relevante potencializar as ações articuladas entre os diversos setores das políticas públicas com vistas a identificar os processos de exclusão escolar, questionar os modelos vigentes e implantar mecanismos que possam contribuir para o pleno acesso e permanência de grupos minoritários no contexto escolar.

2.2.2 – A Educação como Direito de Todos

A educação se constitui como importante e necessário processo para o desenvolvimento humano. As crianças e jovens brasileiros tem esse direito garantido nos princípios da Constituição Federal/88 e nas premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/90, e contam também com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) como instrumentos que visam concretizar o acesso e permanência na escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta no seu Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer “que crianças e adolescentes tem direitos à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990). Para garantia desses direitos torna-se imprescindível assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Na concepção de Brancalhão (2003, p.64)) a legislação brasileira situa a educação como uma política social com o compromisso de garantir direitos sociais e a lei é um instrumento para a construção da cidadania, porém enfatiza dizendo;

Entretanto, num país onde a inserção e a permanência na escola de um grande contingente de crianças e adolescentes oscila entre a precária inclusão e a exclusão, pode-se considerar que a cidadania continua sendo uma abstração ideológica. A realidade, inexorável, denuncia que decretar a educação como direito não é suficiente.

O direito a educação é o direito que o indivíduo tem de se desenvolver em função de suas possibilidades e é preciso contribuir para que essas possibilidades se tornem reais e

efetivas. A partir da LDB/96 o conceito amplo de educação passou a vigorar no país, pois estão inseridos outros aspectos da vida cultural e social do indivíduo, reafirmando a função social da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 no seu artigo 1º preconiza que “a educação abrange os processos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996). A lei expressa que na educação está contida a condição formadora necessária ao desenvolvimento humano, não apenas na transmissão de conhecimentos, mas com a finalidade de propiciar integração individual e social a fim de evitar a exclusão social.

2.2.3 - A Função Social da Escola

A escola representa uma das principais instituições da sociedade e nela estão presentes os processos históricos, culturais, econômicos, sociais, políticos, éticos e psicológicos; sendo assim encontramos também todas as tensões, conflitos e antagonismos inseridos na convivência coletiva. Para Barbato e Maciel (2010, p.30), “a escola como espaço coletivo, educacional, constitui-se em *locus* privilegiado de convívio solidário entre pessoas diferentes”. A grande meta da escola é segundo Paulo Freire (1997) “Educar para a Vida”. Torna-se essencial que a escola integre com a comunidade nas ações desenvolvidas propiciando um ambiente democrático e conhecendo os aspectos sociais e culturais daquele território no qual está inserida.

Com todo aparato legal que direciona o fazer do sistema escolar na busca de uma educação inclusiva, requer que a escola tenha como objetivo estimular o potencial do aluno considerando as diferenças socioculturais em favor da aquisição de conhecimento e do seu desenvolvimento global. Para o alcance desse objetivo é imprescindível que a escola promova o desenvolvimento afetivo, moral, cognitivo e de personalidade propiciando ao aluno formas diversificadas de aprender com base no respeito à sua história e trajetória de vida.

Para efetivar uma educação que se quer inclusiva e promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes, torna-se necessário à escola conhecer e articular com as políticas públicas de saúde, de assistência social, de esporte, cultura e lazer, com a família, com a rede de proteção social, com os equipamentos de organizações governamentais e organizações não governamentais (ONG) que trabalham direta e indiretamente na promoção e na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

3 - OBJETIVOS

3.1 – Objetivo Geral

- Identificar os processos de exclusão escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) analisando como podem contribuir para medidas mais efetivas para a inclusão de todos.

3.2 – Objetivos Específicos

- Analisar o perfil dos adolescentes em relação à escolarização identificando fatores que possam ter levado ao abandono da escola;
- Compreender a importância e o significado da instituição escola para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente;
- Produzir reflexões sobre a relação inclusão/ exclusão de modo a contribuir na formação dos profissionais que atuam na escola e na assistência social.

4 – METODOLOGIA

4.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia

A importância da pesquisa qualitativa para o desenvolvimento desse estudo está no fato de que ela trabalha com o universo de aspirações, crenças, valores e atitudes que permitem desvelar os processos e fenômenos de um determinado contexto social trazendo significados novos para as ações e relações humanas.

Minayo (2012, p.621) destaca que “o verbo principal da análise qualitativa é compreender, pois para compreender é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total”.

Na pesquisa qualitativa o enfoque é direcionado a compreender e explicar a dinâmica das relações que se estabelecem no grupo a ser estudado.

4.2 – Contexto da Pesquisa

Os participantes da pesquisa são adolescentes sentenciados em audiência pelo Juiz responsável pela Vara da Infância e Juventude na comarca de Ipatinga depois de verificada a autoria do ato infracional cometido e encaminhados ao equipamento responsável pela execução da medida socioeducativa em meio aberto.

O *lôcus* da pesquisa foi o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas de Ipatinga/MG, equipamento de média complexidade da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social. O universo da pesquisa corresponde aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Observa-se que há uma grande dificuldade para reinserção e permanência no contexto escolar do adolescente envolvido com a prática de atos infracionais, embora existam parâmetros legais que garantam aos adolescentes a proteção integral e os direitos de cidadania entre os quais se destaca a educação.

4.3 – Participantes

Participaram da pesquisa documental 30 adolescentes com faixa etária entre 12 a 18 anos sentenciados pelo poder judiciário para cumprimento de medidas socioeducativas de LA de e de PSC inseridos para acompanhamento no CREAS durante o período de janeiro a julho de 2015.

Considerando os objetivos da pesquisa foi estabelecida a amostragem segundo os apontamentos de Minayo;

[...]A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é quais indivíduos sociais tem uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado, em suas múltiplas dimensões. (MINAYO, 2001, p.43)

Dentre os adolescentes da pesquisa documental foram selecionados 06 adolescentes representando 20% do número dos encaminhados no referido período para a constituição de estudo com caráter qualitativo. Cabe ressaltar que a identidade ou qualquer dado que possa comprometer o adolescente será preservada.

4.4 – Materiais

Os materiais utilizados na pesquisa foram: papel, caneta, gravador, cadeiras, computador e formulários.

4.5 – Instrumentos de Construção de Dados

Na realização da análise documental foi utilizado o formulário do Plano Individual de Atendimento – PIA com o objetivo de conhecer o perfil dos adolescentes. Neste documento constam dados relevantes sobre a trajetória de vida dos adolescentes. Elencamos esses dados por considerá-los importantes na construção da pesquisa como: idade, gênero, cor/raça, situação educacional, nível de escolaridade, constituição familiar, composição familiar, uso de drogas, ato infracional e a medida socioeducativa aplicada pelo judiciário. Os dados informados tem caráter auto declaratório e foram coletados no momento do acolhimento do adolescente e seu responsável pela equipe técnica do Creas.

Em relação ao desenvolvimento do grupo focal foram realizados dois encontros com a participação dos seis adolescentes identificados pela equipe técnica. Para o desenvolvimento do

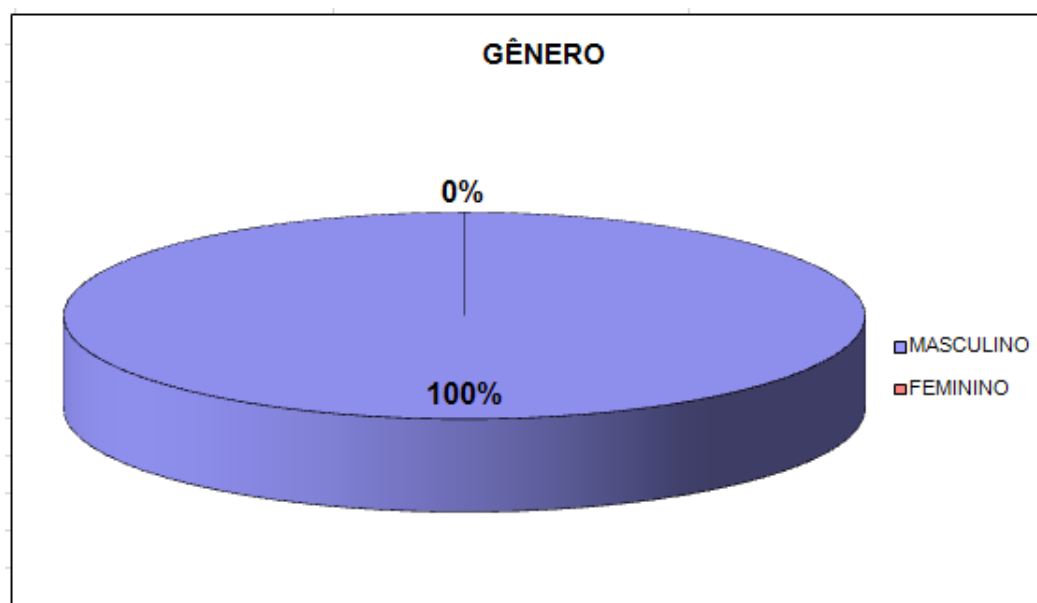
grupo focal contamos com a presença da estagiária do curso de serviço social, a assistente social e a pedagoga do Creas como mediadora que utilizou as técnicas de investigação para buscar opiniões, experiências e ideias incentivando a participação de todos. Foi utilizado o roteiro de discussão que consta de questões relevantes e de caráter qualitativo sobre a temática a ser investigada com o objetivo de obter o envolvimento e fluidez na conversação dos participantes. O local escolhido para a realização do Grupo Focal foi o espaço de uma instituição, localizada no centro da cidade, que ministra cursos para adolescentes e jovens direcionado à preparação para o mercado de trabalho em parceria com o Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SENAT). Consideramos o local mais atrativo e como possibilidade de proporcionar aos adolescentes percorrerem outros espaços da cidade que não somente o território.

O formulário da coleta de dados da pesquisa documental encontra-se disponível na seção intitulada Anexos e o Roteiro de Discussão do Grupo Focal na seção Apêndice.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

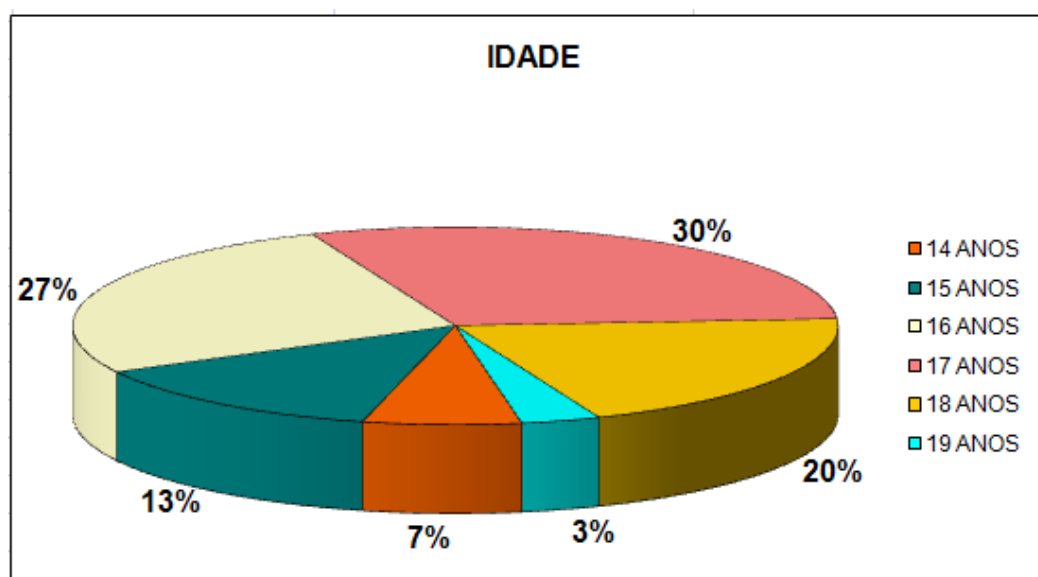
A partir da análise dos dados levantados com a pesquisa documental foi possível destacar aspectos importantes da vida dos adolescentes participantes da pesquisa.

5.1 - Perfil dos Adolescentes inseridos em acompanhamento no CREAS no período de Janeiro a Julho de 2015.



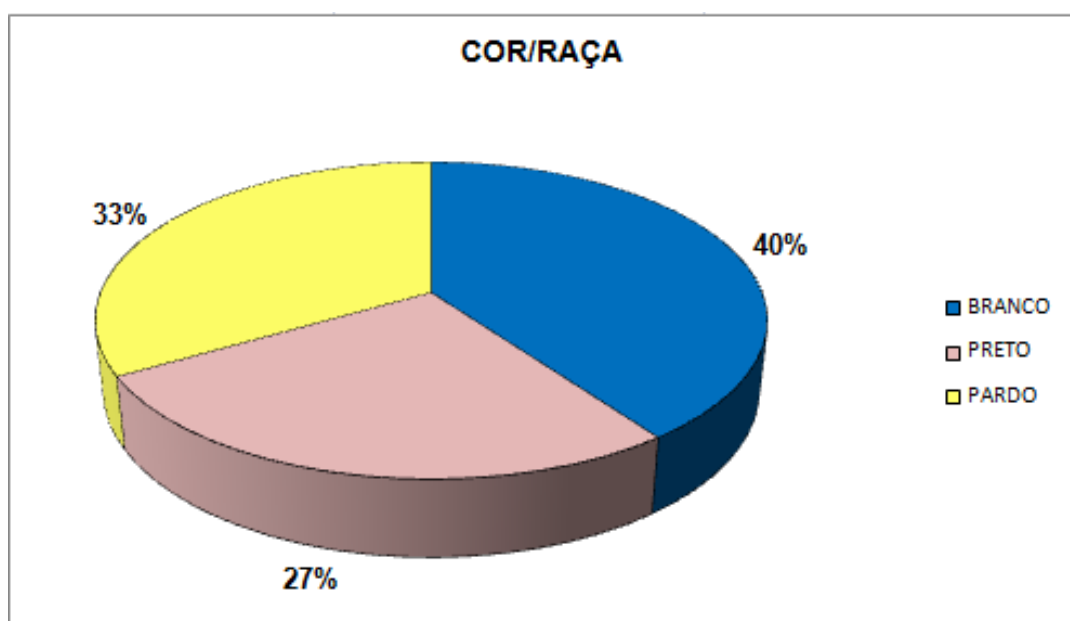
Fonte: Creas

Esse dado revela que os 30 adolescentes inseridos no Creas no período estipulado para a pesquisa são do sexo masculino, embora haja adolescentes do sexo feminino em acompanhamento.



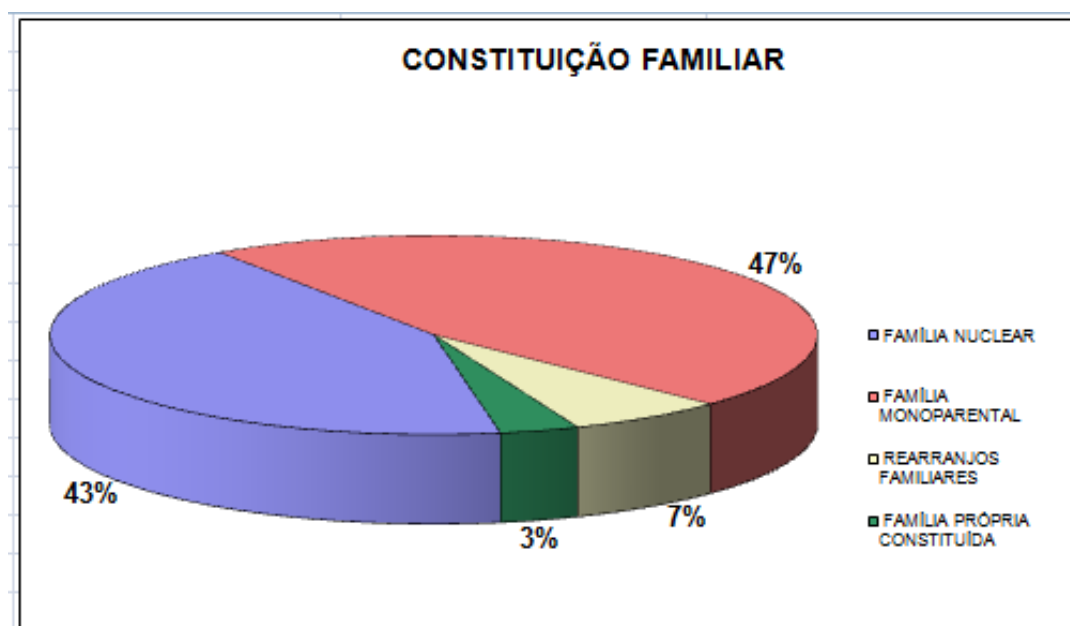
Fonte: Creas

Na representação desse dado encontramos 02 adolescentes com 14 anos; 04 com 15 anos; 08 com 16 anos; 09 com 17 anos; 06 com 18 e 01 com 19 anos. Os jovens com 18 e 19 anos estão em cumprimento de medida socioeducativa devido ao ato infracional ter sido cometido antes dos 18 anos. Para o sistema de justiça é validada a idade do adolescente no momento da prática do ato infracional.



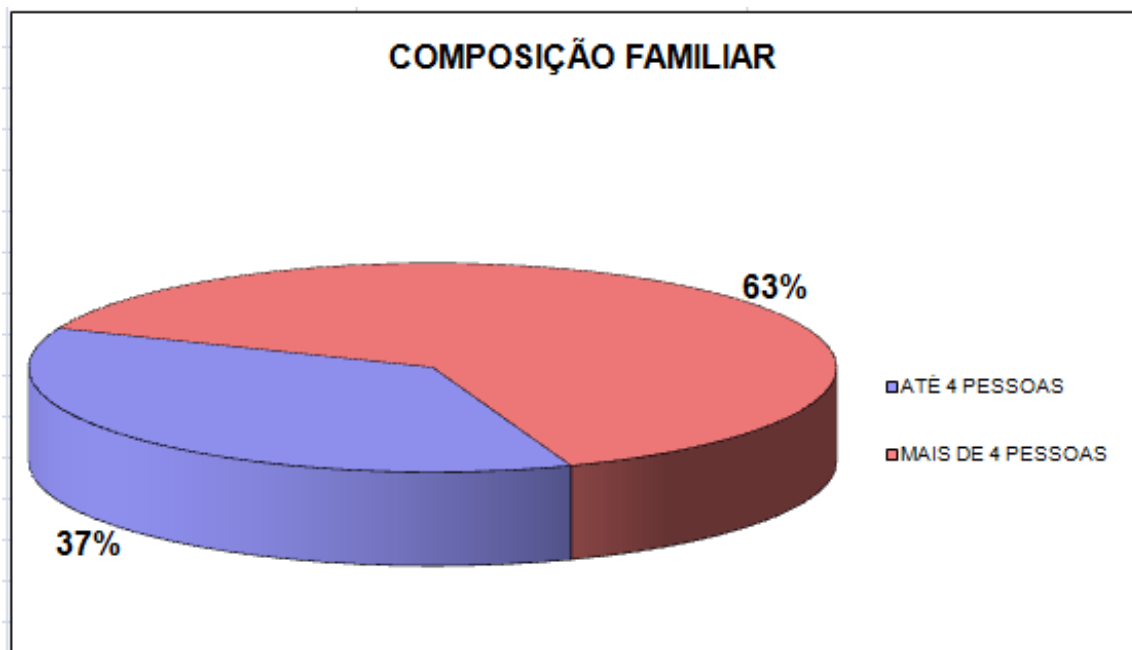
Fonte: Creas

Nesse gráfico podemos analisar que a soma do número de adolescentes pardos e pretos é de 60% correspondendo ao total de negros se adotarmos os critérios definidos pelo Estatuto da Igualdade Racial que define a população negra como: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas.



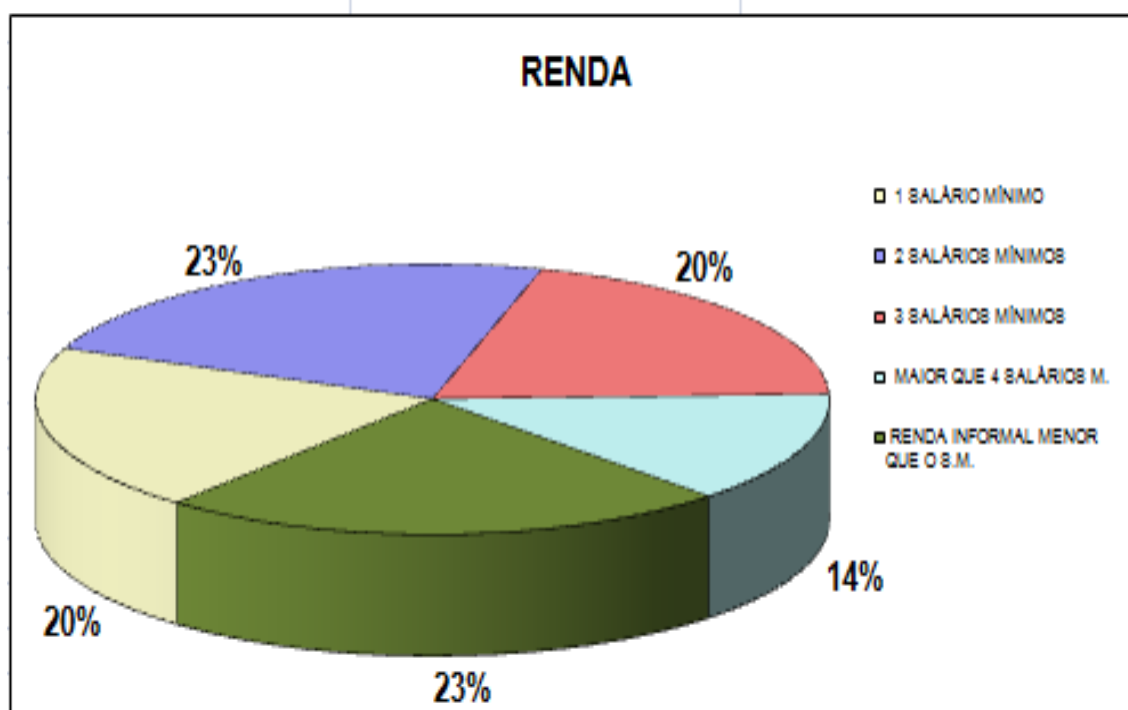
Fonte: Creas

Os dados demonstram que 43% dos adolescentes convivem com pai, mãe e irmãos; 47% vivem exclusivamente com a mãe; 7% moram com outras pessoas da família extensa (avó) e 3% o adolescente tem sua família própria constituída com companheira e filho. Destacamos aqui que morar com a mãe tem uma porcentagem a mais de 4% em relação a morar com ambos os pais, o que aponta como fator problemático, considerando que famílias monoparentais sofrem mais impacto dos fatores de risco, uma vez que a mãe necessita desdobrar em atividades dentro e fora do lar para suprir as necessidades de subsistência da sua família não tendo com quem dividir as responsabilidades com os filhos e com as despesas domésticas.



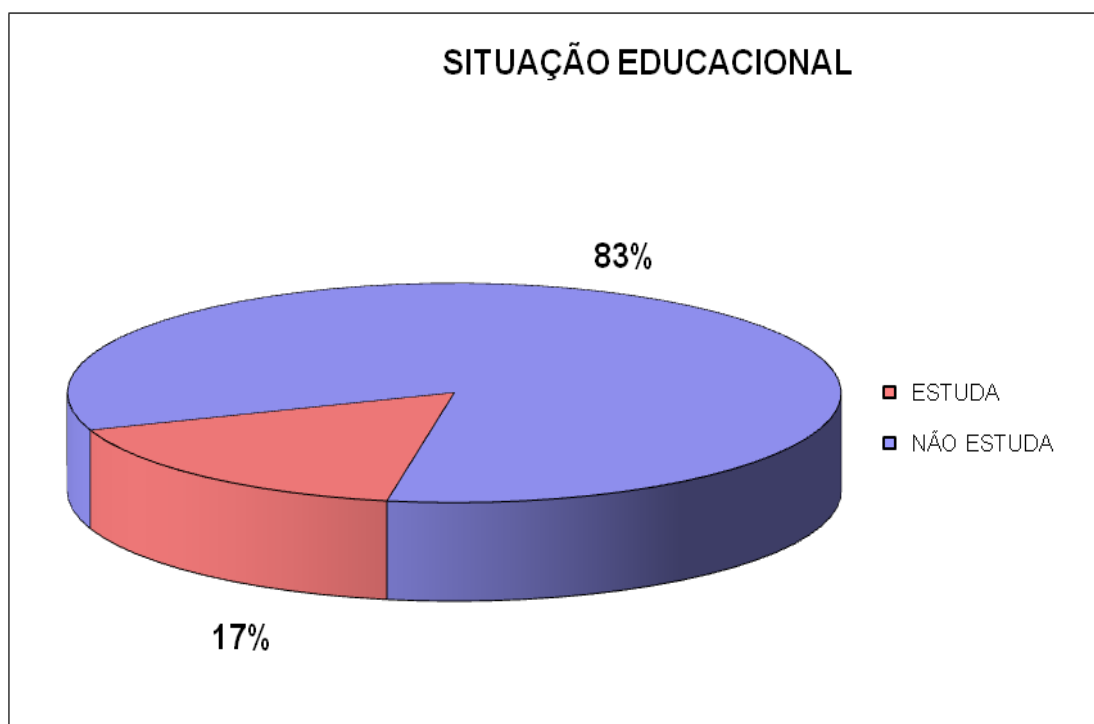
Fonte: Creas

Observamos que 63% dos adolescentes vivem em núcleo familiar com mais de 4 pessoas e sofrem impacto direto nas condições da habitação e na renda per capita.



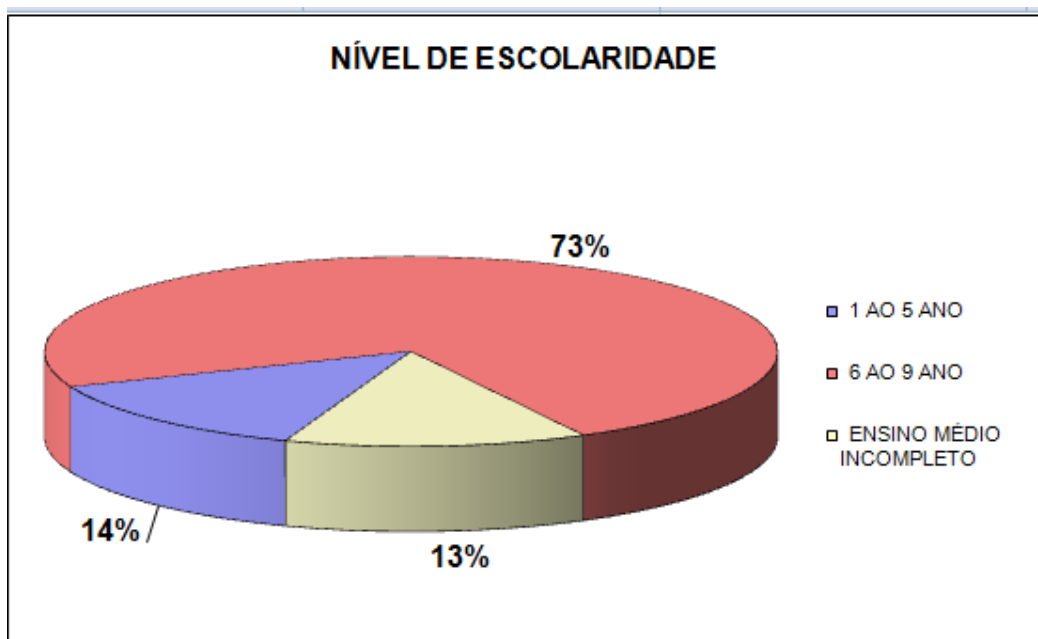
Fonte: Creas

Esse gráfico aponta como preocupação a porcentagem de 23% referente a renda familiar abaixo do salário mínimo o que corresponde a pessoas com ocupação sem vínculo empregatício como diaristas e ou “fazendo bico”.



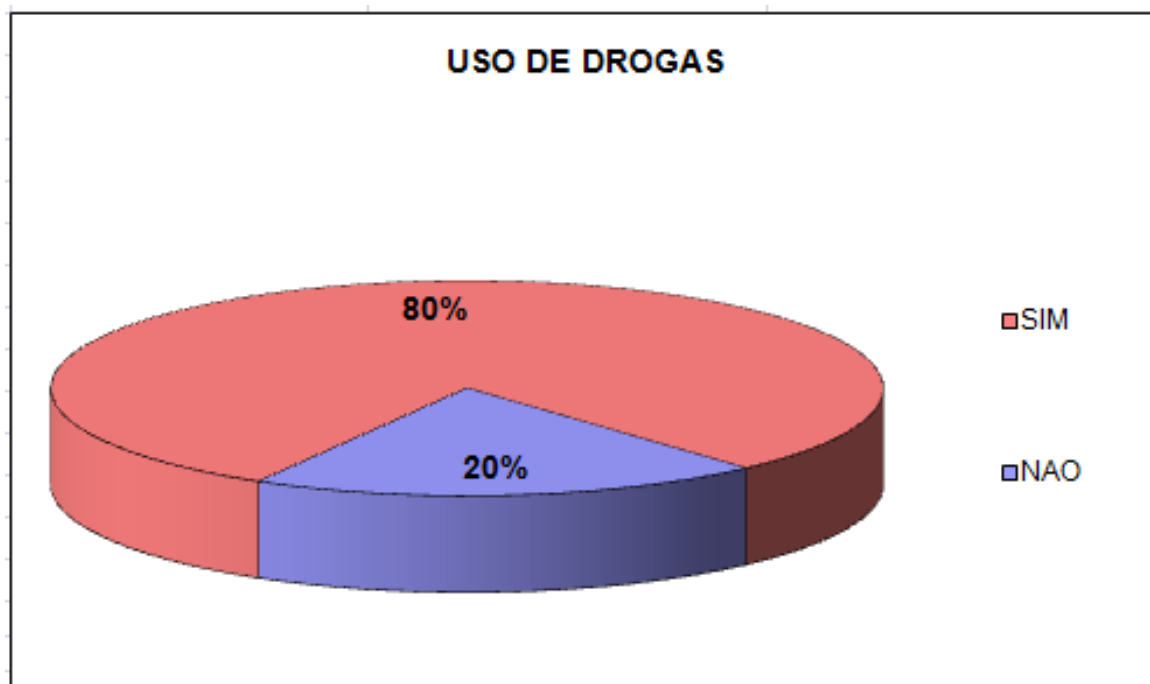
Fonte: Creas

Esses dados revelam que dos 30 adolescentes participantes da pesquisa, apenas 05 estavam frequentando escola enquanto os 25 correspondem aos 83% que se encontravam fora do contexto escolar no momento da inserção no Creas. Este é um aspecto alarmante e desafiador durante todo o processo socioeducativo dos adolescentes.



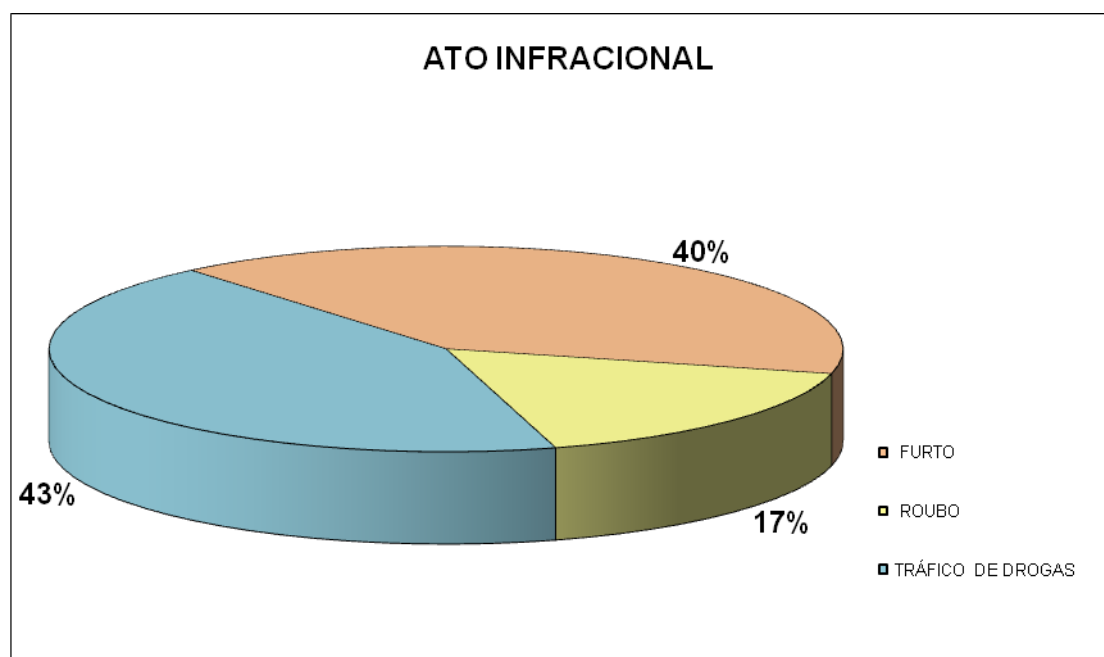
Fonte: Creas

O gráfico revela que 04 adolescentes cursaram somente do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I; 22 adolescentes tem Ensino Fundamental II incompleto que corresponde do 6º ao 9º ano e 04 adolescentes tem o Ensino Médio incompleto. Se analisarmos a idade correspondente a série em que o adolescente abandonou o processo educativo encontramos defasagem na seriação escolar que se justifica pelos vários motivos de evasão escolar. Verifica-se que a defasagem existente se revela, por exemplo, aos adolescentes com 17 anos de idade que evadiram do contexto escolar com 12 anos cursando o ensino fundamental. A defasagem idade/série tem um peso negativo no processo de acesso e permanência do adolescente na escola.



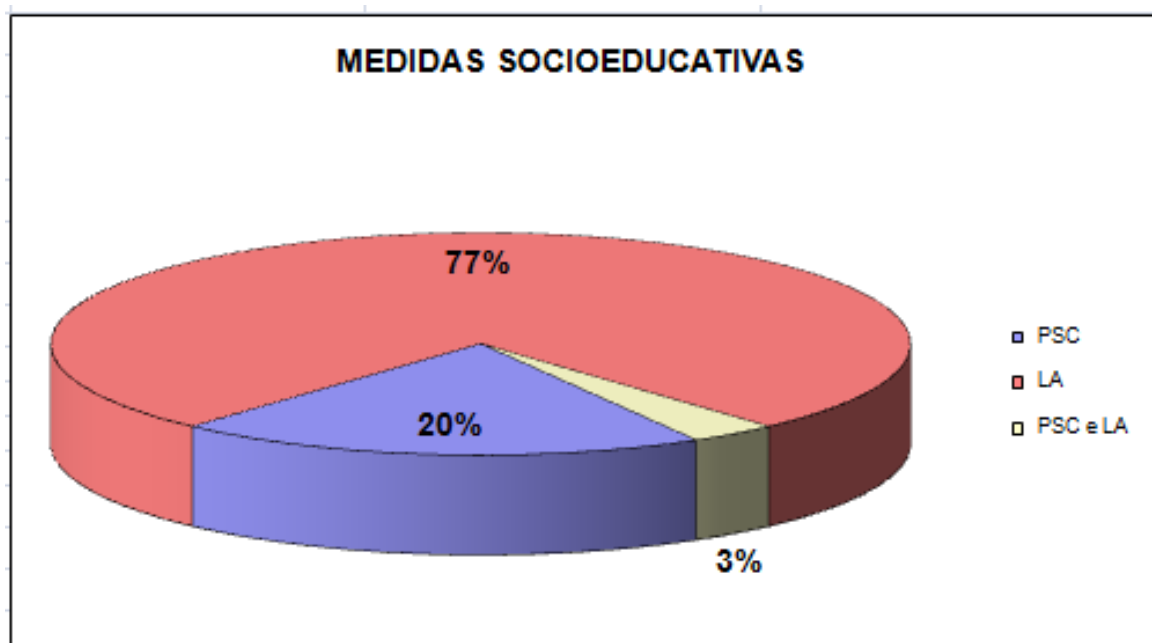
Fonte: Creas

Esse indicador nos mostra que 24 adolescentes declararam fazer uso de drogas enquanto 06 declararam não usar nenhum tipo de droga. Consideramos na pesquisa o uso de álcool, maconha, solventes e cocaína. Não encontramos na amostragem adolescente fazendo uso de crack.



Fonte: Creas

Com relação a esse dado nota-se que 12 adolescentes praticaram furto; 05 praticaram roubo e 13 adolescentes praticaram tráfico de drogas. Na linguagem jurídica furto é considerado subtrair objeto de alguém sem violência ou grave ameaça e roubo está relacionado a subtrair objeto de alguém com violência ou grave ameaça. O ato infracional de tráfico de drogas aparece em porcentagem maior considerado pelos adolescentes como “ganhar dinheiro fácil” pelo lucro da atividade ilícita, sem mensurarem o envolvimento com os fatores de risco a que estão expostos.



Fonte: Creas

A representação desse dado mostra que 06 adolescentes foram sentenciados pelo Juíz da Vara da Infância e Juventude com a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; 23 adolescentes foram sentenciados com a medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e 01 adolescente foi sentenciado com PSC e LA concomitantemente.

5.2 -Desenvolvimento do Grupo Focal

Após conhecer o perfil dos adolescentes pesquisados partimos para a análise da discussão desenvolvida no grupo focal referente à situação educacional e o nível de

escolaridade dos adolescentes conforme mostram os gráficos, pois se faz necessário elucidar os motivos que levam os adolescentes a romperem o vínculo com a instituição educacional.

Utilizamos o roteiro de discussão para nortear o processo de participação dos adolescentes onde pudessem sentir a vontade para dialogar sobre as questões propostas inclusive com a fala dos próprios adolescentes:

1 - Sobre o significado da escola na vida

Um adolescente falou que é o lugar onde aprende coisas boas e ruins e outros dois concordaram. Um adolescente disse: conheci a “canabis” maconha na escola e aí minha vida mudou toda. Tenho até vontade de voltar, mas é muito chato (sic). Um adolescente disse que é na escola que conhece as “mina” e começa até namorar. Somente um adolescente respondeu que é com o que aprende na escola é que vai conseguir crescer, trabalhar, ter sua família e uma moto.

2 - Sobre a importância do estudo na vida

Três adolescentes responderam que o estudo não faz tanta diferença assim na vida de ninguém porque eles conhecem pessoas que são formadas e não conseguem emprego. Um adolescente endossou essa fala e deu exemplo do primo que vive procurando emprego e quando encontra é para ganhar pouco. Dois adolescentes percebem que é importante para conseguir as coisas na vida.

3 – O relacionamento com os professores

Os seis adolescentes disseram: tem professor “que fica de boa” que deixa a gente num canto e não tá nem aí. Mas tem “fessor” que chama a gente de “malandro”, fala que a gente vai virar “bandido”, aí a gente vira mesmo não é não? (risos). Tem os que respeitam, que até ajuda a gente, dá conselho. Mais a maioria quer ver a gente é fora da escola.(sic). Um adolescente apontou que o professor podia ensinar de outra forma, mais divertida e mais fácil.

4 - O relacionamento dos pais com a escola

Dois adolescentes relataram que a mãe ia às reuniões da escola e também quando era chamada pela professora para falar dele. Um adolescente falou que sua mãe foi maltratada com grosseria na escola. Um adolescente disse que sua mãe nunca foi em reunião, que ele nem

entregava os bilhetes, porque ela trabalha muito e não tinha tempo. Um adolescente relatou que foi a mãe que tirou ele da escola, porque todo dia ela tinha que sair do trabalho para ir na escola escutar a diretora falar sobre a bagunça que ele fazia. Um adolescente disse que a mãe ia na escola, mas não falava nada com ele.

5 – Pontos positivos da escola

Os adolescentes falaram que é o lugar de encontrar “as mina a mulherada”. Disseram que aula de educação física é boa e quando faz atividade fora da escola é bom.

6 – Pontos negativos da escola

Um adolescente falou que os professores não param para conversar com os alunos. Dois adolescentes disseram que não tem nada de diferente na escola e tem muita matéria “chata”. Devia ensinar só aquilo que é importante, que vai servir pra gente. Um adolescente disse que sabe que tem professor que só vai na escola pra receber o pagamento. Dois adolescentes apontaram o “dever de casa” como a pior coisa que a escola tem dizendo que já ficava um tempão na escola e ainda tinha que fazer coisas em casa.

6 – O comportamento na escola

Os adolescentes foram unânimes em afirmar que faziam “bagunça” demais, foram expulsos da sala de aula várias vezes. Provocavam colegas até acabar em briga na saída da escola. Um adolescente disse que: conversava tanto...mais tanto...que não deixava ninguém prestar atenção na aula, eu não entendia nada que a professora ensinava. Eu não aprendo.

7- A escola ideal

Um adolescente respondeu que poderia ter professores mais legais, mais “maneros”. Outro disse que podia ter mais tempo de recreio e ficar pouco tempo na sala de aula. Um adolescente falou que podia ter outro jeito e não as cadeiras na fila. Um adolescente discordou do colega e disse que a escola já é ideal, não tem que mudar nada. Um adolescente disse: “a escola tem que mudar porque tem muita coisa errada lá. Os professores não tratam o aluno igual, é diferente, tem preconceito, tem que ter direitos humanos, respeitar a mãe” (sic)

Observa-se pelo discurso que alguns adolescentes questionam quanto à importância da escola, pois não a percebem enquanto mecanismo de construção para o desenvolvimento de sua

capacidade intelectual, de crescimento profissional e social. Este aspecto é percebido quando os adolescentes discutem sobre as matérias aprendidas na escola questionando qual a utilidade para a vida e que as matérias sejam repassadas de uma forma que eles consigam aprender e absorver o ensinamento. Na verdade observa-se que os adolescentes não tem afinidade com a metodologia de ensino aplicada na escola. Outro aspecto que chama a atenção na discussão é o fato de alguns adolescentes adotarem a prática da bagunça, da conversa paralela como forma de atrapalhar a aula em decorrência da dificuldade de aprendizagem. Apresentam pontos negativos do contexto escolar, mas também reconhecem que há professores que procuram ajudar com diálogo e conselhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com adolescentes autores de ato infracional é trabalhar com meninos... Meninos em fase peculiar de desenvolvimento que precocemente tem na sua trajetória de vida o envolvimento com questões judiciais pela prática do ato infracional, que são marcados pelo estigma da marginalidade, são percebidos pelo olhar da ótica da criminalização da pobreza e vivem a exclusão nas suas diferentes faces social, econômica, política.

Entre tantos direitos violados, a exclusão ao direito educacional é representada pela evasão escolar, pelos aspectos da defasagem escolar e pelo rompimento do vínculo com a escola. Encontramos adolescentes que não apresentam perspectivas de retorno à escola, por não perceberem a instituição como fator de contribuição ao seu desenvolvimento, ao seu crescimento social e profissional.

Compreender a complexidade dos aspectos que constroem a biografia de cada adolescente demonstra a existência de fatores que organizam suas vivências objetivas e subjetivas, as relações afetivo-emocionais e as delicadas redes de pertencimento na comunidade interferem na escolha de tornar-se ou não infrator. Para a complexidade do fenômeno há uma explicação reducionista e simplista que atribui a culpabilização da família, a pobreza, ao consumismo e a drogadição como motivação para a conduta do adolescente. Importante perceber esses fatores como fundamentais para estabelecer uma relação de acolhimento entre educador e educando no processo da socioeducação, pois a educação implica numa relação dialógica em que se inserem conteúdos éticos, afetivos e investimentos em projetos que promovam o desenvolvimento do adolescente.

Neste cenário temos instaladas as contradições existentes entre as legislações que preconizam o direito à educação para todos e a real vivência dos adolescentes no contexto escolar, o que torna a prática cotidiana permeada pelos desafios que as questões apontam nesse estudo. Vale ressaltar que a política de assistência social busca estabelecer diálogo com as instituições educacionais no sentido de contribuir para aprimorar a função social da escola numa perspectiva crítica. Essa articulação objetiva participar do processo de inclusão dos adolescentes por entender que o papel da escola está para além da transmissão de conteúdos e de atuar no combate a reprodução da desigualdade e da exclusão social. Dentre os fundamentos sociológicos e pedagógicos da ação socioeducativa é necessário proceder a uma leitura crítica da dinâmica sociofamiliar e comunitária que incidem na vida dos adolescentes com

envolvimento em atos infracionais e reconhecer que a socioeducação é parte constitutiva da educação nacional, ao lado da educação básica e da educação profissional.

É imprescindível discorrer que a violação do direito à educação resulta na privação de outros direitos, pois entendemos que a educação é o alicerce que poderá contribuir na construção de um novo projeto de vida para o adolescente e consequentemente promover o rompimento com a prática do ato infracional. Perceber o estilo de vida do adolescente, seu modo de ser e estar no mundo impulsiona a construção de estratégias que contribuam para o exercício da cidadania e para a restauração ou fortalecimento da convivência coletiva. Este desafio é direcionado à escola, pois é preciso encontrar formas de relacionamento e de convivência com os diferentes universos contidos em seu interior, sem abrir mãos de suas funções fundamentais.

Os dados apresentados demonstram quão frágil e delicado é a condição educacional dos adolescentes, como vivenciam vulnerabilidades afetiva, social e econômica e estão expostos aos diversos fatores de risco em detrimento dos fatores de proteção. Esses aspectos contribuem com o contexto de exclusão escolar, agregando a isso a ausência de políticas educacionais que de fato sejam pautadas no respeito às características sociais e culturais dos adolescentes e que sejam desprovidas de preconceitos.

Não é tarefa fácil... enfrentamos muitos desafios...

De um lado e pelo viés da política de assistência social temos a possibilidade de apreender as características dos adolescentes, sua história de vida, seus sonhos e pesadelos, o contexto familiar que muitas vezes é permeado pela violência, pela negligência, pelas vulnerabilidades e que é objeto de intervenção da proteção social. Que precisa dar respostas ao sistema de justiça e à sociedade sobre a possibilidade de mudança de vida dos adolescentes por meio da socioeducação. De outro lado encontramos a escola, com seus desafios e limites, com as dificuldades da comunidade escolar para lidar com a indisciplina dos adolescentes. Podemos refletir sobre possibilidades de estratégias para contornar os conflitos no contexto escolar como: conhecer a realidade do adolescente é condição *sine qua non* para a construção da relação de confiança e do diálogo entre o aluno e o professor. Tão importante quanto o domínio dos conteúdos pelos professores é buscar a ruptura de velhos paradigmas da escola tradicional focada na disciplinarização dos seus alunos e promover melhor qualificação profissional e ampliação dos conhecimentos para a formação continuada.

Não podemos parar nosso olhar para o adolescente somente pela ótica do ato infracional. Agindo assim deixamos de compreender sua história pessoal e em que momento o ato infracional ganha significado. Sobre esse enfoque deve pautar as ações da assistência social em articulação com a educação, no sentido de levar à escola aspectos desconhecidos e relevantes que permeiam a trajetória de vida dos adolescentes. Entende-se que os professores, por motivos diversos, não estabelecem um diálogo com seus alunos e que a atuação perpassa pela exigência da transmissão de conteúdos e da disciplina dos educandos.

O diálogo da assistência social com a escola poderá contribuir com a permanência dos adolescentes no contexto escolar, proporcionar meios para ressignificação de novos valores pessoais e sociais e evitar a exclusão social. Estabelecer essa articulação de maneira efetiva pode nos remeter a descobrir habilidades e competências desses adolescentes por meio de mecanismos pedagógicas e educacionais que estão para além da disciplinarização dos alunos tomando como exemplos o legado de Paulo Freire e a reconhecida Escola da Ponte.

O olhar dos adolescentes diante da escola leva a pensar em um modelo diferenciado de instituição a exemplo da “Escola da Ponte” em Portugal. Escola que tem como princípio “uma escola democrática, para todos, em que se dá protagonismo ao aluno”. Uma escola que tem seu projeto inovador que rompe com os paradigmas de escola tradicional tanto na sua estrutura física quanto na sua metodologia com práticas educativas alternativas, pois a aprendizagem é desenvolvida com os alunos que se agrupam de acordo com a área de interesse a ser estudada.

A “Escola da Ponte” tem como premissas a participação dos pais como corresponsáveis pelo projeto educativo do aluno, ensinar a liberdade responsável e a solidariedade. Os alunos são educados para serem cidadãos, exercitando a cidadania dentro da própria escola.

O educador português José Pacheco, coordenador da Escola da Ponte discorre quando entrevistado “que a maioria das pessoas considera que todos precisam ser iguais e que ninguém tem direito a pensamento e ações divergentes. E afirma que um sistema educacional que quer inovar deve ter mais interrogações que certezas”. (REVISTA FORUM, 2013)

Finalizo essa discussão fazendo memória ao ilustre pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa “devemos lembrar-nos de que não estamos diante de infratores que por acaso são adolescentes, mas diante de adolescentes que por circunstâncias se envolveram na prática de atos infracionais. Portanto, tudo que serve para trabalhar com adolescentes serve para trabalhar com adolescentes em conflito com a lei”. (ILANUD, 2006, p.465)

REFERÊNCIAS

ALVES, Vanessa. A escola e o adolescente sob medida socioeducativa em meio aberto. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2010 (3): 23-35. <http://periodicos.homologa.uniban.br/index.php/RBAC/article/view/164/123> Acesso em: 29/08/15

BRANCALHÃO, Walkíria R.D. A educação para os adolescentes em conflito com a lei: mecanismo de inserção ou de exclusão?.2003.125f. Dissertação(Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista,Marília,2003

BRASIL, Decreto nº17.943-A de 12/10/1927 – Código de Menores http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm Acesso em: 15/09/15

BRASIL, Constituição Federal de 1988 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 15/09/15

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/1990 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em: 14/09/15

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei nº 9394\96 - http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm Acesso em: 27/08/15

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Secretaria nacional de Assistência Social. Brasília, Novembro de 2005

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109/2009.

CANDAU, Vera M.F. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012
Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

COSSETIN, Márcia. Socioeducação no Estado do Paraná: os sentidos de um enunciado necessário. / Márcia Cossetin.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; COSTA, Alfredo Carlos Gomes da; PIMENTEL, Antônio de Pádua Gomes: Educação e Vida: um guia para o adolescente: Belo Horizonte. Modus Faciendi, 2001. [3] COSTA, Antonio Carlos Gomes: Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001

COSTA, Antônio C.G. Natureza e Essência da Ação Socioeducativa. ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.) Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD,2006

DESSEN, Maria A., POLONIA, Ana C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Paidéia, 2007, 17(36), 21-32. Disponível em www.scielo.br/paideia. Acesso em: 07/07/2015.

DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR. Celeste Azulay Kelman [et.al]; coordenação de Diva Albuquerque e Silvane Barbato. Brasília: Editora UnB, 2010

DIAS, Aline Fávaro; MARIA, Elenice. A Relação do Jovem em Conflito com a Lei e a Escola. Impulso, Piracicaba • 20(49), 31-42, jan.-jun. 2010 • ISSN Impresso: 0103-7676 • ISSN Eletrônico: 2236-9767. www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/viewFile/870/471 Acesso em: 27/08/15

GALLO, Alex E. Adolescentes em Conflito com a Lei: Perfil e Intervenção. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. 2006. 282p.

Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.) São Paulo: ILANUD, 2006

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19ed. Petrópolis. Vozes, 2001. 80p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência e Saúde Coletiva, p. 621-626, 2012.

REVISTA FORUM. Entrevista com José Pacheco e a Escola da Ponte. www.revistaforum.com.br / 2013. Acesso em: 27/08/2015

SINASE - Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo / Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei nº 12.594 de 18/01/2012 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12594.htm Acesso em: 12/09/15

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

VOLPI, Mário. O Adolescente e o ato infracional. 8ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

ZANELLA, Maria Nilvane. Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível? Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 2010 (3) : 4-22

APÊNDICES

Apêndice A

Grupo Focal - Roteiro de Discussão

- O significado da escola na sua vida
- A importância do estudo para a vida
- O relacionamento com os professores
- O relacionamento dos pais com a escola
- Pontos positivos da escola
- Pontos negativos da escola
- Seu comportamento na escola
- A escola ideal

ANEXOS

Anexo A

Pesquisa Documental - Coleta de Dados

Número do Processo: _____

Nome do Adolescente: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Raça/Cor: _____

Constituição Familiar: _____

Composição Familiar: _____

Renda Familiar: _____

Situação Educacional: _____

Nível de Escolaridade: _____

Ato Infracional: Artigo _____

Medidas Socioeducativas: () LA () PSC () LA e PSC

Anexo B



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 de _____,
 de
 responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso
 de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de
 Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof.
 Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e*
filmagens etc) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*)
 com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo*
de duração em dias), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os*
dados serão coletados), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96.
 Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e
 de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de
 infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

